



Lambda II Energia S.A.
Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

RT 670/2024

Lambda II Energia S.A.

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial	4
Demonstração dos resultados e resultados abrangentes.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	8

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Acionistas, Administradores e Diretores da
Lambda II Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Lambda II Energia S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Lambda II Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 29 de março de 2023, com opinião sem modificações.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação à administração da Companhia, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de setembro de 2024

RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC - RJ – 4080/O-9



Cláudio Silva Foch

Contador – CRC-RJ – 102.455/O-4

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.690	100
Outros créditos	6	144	116
		1.834	216
Investimento			
Imobilizado	5	112.733	110.198
		574	574
		113.307	110.772
Total do ativo		115.141	110.988
Passivo e Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)			
Circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7	231.622	241.174
Outras obrigações	-	8	-
		231.630	241.174
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)			
Capital social	9	30.380	28.890
Adiantamento para futuro aumento de capital		52.300	14.900
Reservas de capital		19.933	6.523
Ajustes de avaliação patrimonial		(102.635)	(103.826)
Reservas de lucros		(30.089)	(531)
Prejuízos acumulados		(86.378)	(76.142)
Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		(116.489)	(130.186)
Total do passivo e do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		115.141	110.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de Reais

	Nota	2023	2022
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas, pessoal e gerais	10	(8)	(102)
Custo de estruturação financeira	12	(2.551)	-
Resultado de equivalência patrimonial	5	1.344	(1.827)
		(1.216)	(1.929)
Resultado operacional			
		(1.216)	(1.929)
Receitas financeiras			
Receitas financeiras	11	62	195
Despesas financeiras			
Despesas financeiras	11	(38.641)	(44.850)
		(39.795)	(44.655)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social			
		(39.795)	(46.584)
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo do exercício			
		(39.795)	(46.584)

Demonstração dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de Reais

	Nota	2023	2022
Prejuízo do exercício			
		(39.795)	(46.584)
Outros resultados abrangentes			
Outros resultados abrangentes	5	(1.192)	17.211
Resultado abrangente total			
		(40.987)	(29.373)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) dos exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de Reais

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros				Total
			Reserva de Capital	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação Patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	28.890	-	17.823	(531)	(121.037)	(29.558)	(104.413)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(46.584)	(46.584)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	14.900	-	-	-	-	14.900
Resgate de ações preferenciais contra reserva de capital	-	-	(11.300)	-	-	-	(11.300)
Mudança de participação acionaria	-	-	-	-	17.211	-	17.211
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.890	14.900	6.523	(531)	(103.826)	(76.142)	(130.186)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(39.795)	(39.810)
Integralização de AFAC	1.490	(14.900)	13.410	-	-	-	52.300
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	52.300	-	-	-	-	52.300
Mudança de participação acionaria	-	-	-	-	1.192	-	1.207
Saldos em 31 de dezembro de 2023	30.380	52.300	19.933	(531)	(102.619)	(115.937)	(116.489)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de Reais

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(39.795)	(46.585)
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial	(1.344)	1.827
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos	38.382	42.936
Receita financeira de aplicações financeiras	-	-
Outros	-	(1)
Amortização custo de captação	-	1.423
	(2.757)	(399)
(Aumento) redução nos ativos		
Outros créditos	28	(29)
Aumento (redução) nos passivos		
Outras contas a pagar	8	(70)
Caixa aplicado nas operações	(2.721)	(498)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(33.718)	(27.181)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(36.439)	(27.679)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangíveis	-	(28)
Compra de ações a mercado de empresa investida	-	(3.628)
Venda de ações a mercado de empresa investida	-	48.695
Aplicações financeiras	-	-
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	-	45.040
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de Empréstimos e Financiamentos	-	218.500
Custo de Transação	(2.551)	(61)
Compra de Ações	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	37.400	14.900
Pagamento de principal – empréstimos e financiamentos	-	(260.000)
Resgate de ações preferenciais	-	(11.300)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades de financiamentos	34.849	(37.961)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.590	(20.600)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	100	20.700
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.690	100

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Lambda II Energia S.A. (“Lambda II” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado sediada em Belo Horizonte, na Rua Gumercindo Saraiva, nº. 96 salas 201/202. Fundada em 15 de junho de 2019, a Lambda II tem por objeto social: (a) participação e desenvolvimento, diretamente ou por meio de joint venture (parceria), consórcio ou qualquer outra sociedade em cujo capital social a Companhia tenha participação, de ativos de energia renovável, incluindo, mas não se limitando a, pequenas centrais hidrelétricas (PCH) e parques eólicos (CGE); (b) participação em outras sociedades; (c) comercialização de energia elétrica, bem como a prática de atividades acessórias à comercialização de energia; e (d) atividades acessórias necessárias ao cumprimento do objeto social da Companhia. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

1.1 Continuidade Operacional

Os ativos são representados substancialmente por investimentos patrimoniais em empresa listada na Bolsa de Valores de São Paulo e possuem liquidez sujeita aos volumes de negociação e flutuação de preços no mercado. Parcela dessas ações está alienada como garantia às debêntures. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 229.797 mil (Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 240.958 mil), prejuízos recorrentes, geração negativa de caixa operacional e passivo a descoberto, em virtude de debêntures emitidas, cuja liquidação era esperada no curto prazo. As debêntures estão garantidas por alienação fiduciária das ações da SRNA3 detidas pela Companhia. A continuidade da Companhia e sua capacidade de honrar seus passivos está relacionada à capacidade de seus acionistas em aportarem recursos financeiros para fazer frente a essas obrigações. Caso não haja a fruição de recursos dos sócios, a Companhia pode ser obrigada a transferir essas ações alienadas aos seus credores.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado, quando aplicável.

Os eventos subsequentes foram avaliados até 04 de setembro de 2024, data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera (“moeda funcional”), que no caso da Companhia é o real (“BRL” ou “R\$”). As Demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

2.5 Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
5	Classificação de investimentos em instrumentos patrimoniais

2.7 Novas normas e interpretações contábeis

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados e/ou emitidos estão demonstrados a seguir:

- Alteração ao IAS 16/CPC 27 - Ativo Imobilizado: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
- Alteração ao IAS 37/CPC25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- Alteração ao IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios: substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
- Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:
 - (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - (iv) IAS 41/CPC 29 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

As alterações que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2022 acima descritas não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. GESTÃO DE RISCOS

A Lambda II realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da companhia e a continuidade do negócio. A estratégia de gestão de riscos da Lambda II objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de uma matriz de riscos e impactos.

São mapeados riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes o risco de mercado, relacionado aos preços de mercado dos investimentos em instrumentos patrimoniais e cotados na bolsa de valores de São Paulo (B3), além da exposição à variação das taxas de juros pré e/ou pós-fixadas. Além disso, há o risco de liquidez, relacionada à capacidade da Companhia em liquidar seus passivos financeiros.

São mapeados diversos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

- Riscos de mercado: relacionados a preços, inflação e taxas de juros;
- Risco de liquidez: relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras.

3.1 Riscos de mercado

O risco relacionado à variação dos investimentos em instrumentos patrimoniais, representado pelas ações ON da Serena Energia S.A. (“SRNA3”) que são cotados na bolsa de valores de São Paulo (B3) que estão sujeitos à flutuação de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia tem exposição relacionada às debentures emitidas com taxas de juros pré e/ou pós-fixadas relacionadas ao Certificado de Depósitos Interbancários - CDI. A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Parcela das ações mantidas para negociação constituem garantia das debentures emitidas e uma oscilação negativa abrupta de seus preços podem expor a Companhia ao risco de inadimplência de suas debentures.

3.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Lambda II não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. O principal passivo financeiro contratado são as debêntures emitidas, sendo seu vencimento contratual demonstrado na Nota 7.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa na operação. Eventualmente, podem ser utilizados instrumentos de adiantamento de capital ou as contas reservas vinculadas aos empreendimentos para coberturas pontuais de caixa.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate, junto ao próprio emissor, em até 90 dias da data da aplicação considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas a operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	2023	2022
Bancos	53	57
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.637	43
Caixa e equivalentes de caixa	1.690	100

Em 31 de dezembro de 2023, o caixa e equivalentes de caixa incluem, além dos saldos em contas bancárias, Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas, com liquidez diária e resgatáveis junto ao emissor.

5. INVESTIMENTOS EM INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS

Política contábil

São investimentos em ações classificados como instrumentos patrimoniais e não são mantidos para negociação.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode efetuar uma escolha irrevogável de apresentar, em outros resultados abrangentes, alterações subsequentes no valor justo de investimento em instrumento patrimonial dentro do alcance do CPC48, que não seja mantido para negociação, nem seja contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

Os dividendos recebidos são reconhecidos no resultado do exercício.

Os investimentos foram realizados em ações da Omega Energia S.A, (MEGA3), atual Serena Energia (SRNA3)

	Omega Energia
Saldo de investimento em 31 de dezembro de 2021	139.881
Resultado de equivalência patrimonial	(1.827)
Mudança de participação	17.211
Compra de ações a mercado	3.628
Venda de ações a mercado	(48.695)
Saldo de investimento em 31 de dezembro de 2022	110.198
Resultado de equivalência patrimonial	1.344
Efeito na variação do valor da ação da investida	1.192
Compra de ações a mercado	-
Venda de ações a mercado	-
Saldo de investimento em 31 de dezembro de 2023	112.734

No exercício de 2023, a companhia manteve em carteira 13.322.120 ações da SRNA3 que estão alienadas em garantia das Debentures emitidas

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	2023	2022
Tributos a recuperar		
IRRF/CSLL	144	116
Tributos retidos sobre terceiros	-	-
Total	144	116

A natureza das principais contas do grupo é descrita abaixo.

Tributos a recuperar: contemplam créditos tributários apurados na esfera federal (PIS, COFINS, IR e CSLL) decorrentes das operações comerciais da Companhia, de investimentos financeiros e da aquisição de equipamentos. Os saldos de IRPJ e CSLL incluem retenções referentes aos resgates das aplicações financeiras.

7. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Prática contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

7.1 Composição do saldo

	Passivo circulante		Passivo não circulante		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Debêntures	231.622	241.193	-	-	231.622	241.193
	231.622	241.193	-	-	231.622	241.193
Custo de transação		(19)	-	-		(19)
Total	231.622	241.174	-	-	231.622	241.174

Em maio de 2022, a Companhia captou Debêntures de segunda emissão no montante de R\$218.500. Sobre o montante, incorre juros de CDI + 3,44% a.a. e os pagamentos de juros e amortização de principal ocorrerão em única parcela no vencimento, em abril de 2023.

Em maio de 2023 o Debenturista representando 100% (cem por cento) das Debentures em Circulação deliberou por aprovar sem quaisquer reservas ou ressalvas a alteração da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme definido na Cláusula 4.4.1 da Escritura de Emissão, de forma que o último pagamento devido a título de Juros Remuneratórios deverá ser realizado no dia 26 de abril de 2024. Conseqüentemente, será alterado também o período de incidência dos Juros Remuneratórios, os quais serão pagos em parcelas trimestrais e consecutivas, sendo o primeiro pagamento em 10 de maio de 2023 e os demais pagamentos sempre no dia 10 dos meses de agosto de 2023, novembro de 2023 e fevereiro de 2024 e o último na Data de Vencimento das Debentures, ou seja, 26 de abril de 2024, conforme ata da AGD - Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 8 de maio de 2023.

Em 25 de agosto de 2023 foi realizado aporte do acionista PSI FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES MULTISTRATEGIA e foi liquidada parcela de juros remuneratórios.

Em novembro de 2023 o Debenturista representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação deliberou por aprovar sem quaisquer reservas ou ressalvas a concessão de dispensa (*waiver*) ao acionamento da Cláusula 6.1.1, item (a), da Escritura de Emissão, de modo que a Parcela Inadimplida não acarrete no vencimento antecipado das Debêntures. Conseqüentemente, deliberou por aprovar sem quaisquer reservas ou ressalvas a realização da Incorporação ao Principal e finalmente, deliberou por aprovar sem quaisquer reservas ou ressalvas a realização da Incorporação dos Encargos Moratórios, conforme ata da AGD - Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 23 de novembro de 2023.

As debêntures estão garantidas por alienação fiduciária das ações da MEGA3 detidas pela Companhia representativas de 150% do saldo devedor das debêntures, bem como garantia fidejussória. As debêntures possuem cláusula de vencimento antecipado que lista eventos que podem exigir o imediato pagamento dos títulos em caso de sua ocorrência, que incluem, entre outros, pedidos de falência, recuperação judicial, inadimplemento das obrigações pecuniárias, redução de capital sem a anuência dos debenturistas, reorganizações societárias sem a anuência dos debenturistas, transferência do controle sem a anuência dos debenturistas e constituição de garantias sob as ações objeto de alienação fiduciária. Não há cláusulas de vencimento antecipado vinculadas a índices financeiros.

Um resumo dos contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia está apresentado a seguir:

Instituição financeira	Vencimento final	Forma de pagamento	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	2023	2022
Debêntures – Segunda emissão	Abril/2024	bullet	CDI + 3,30%	Conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	231.622	241.193
					231.622	241.193

O prazo e custo médio nominal da dívida em 31/12/2023 eram de 4 meses e custo de 16,48% a.a.

7.2 Movimentação do saldo

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures do exercício é demonstrada a seguir:

	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	265.557
Aquisição de empréstimo	218.500
Custo de Captação	(61)
Pagamento de principal	(260.000)
Encargos financeiros pagos	(27.181)
Encargos financeiros provisionados	42.936
Amortização de custo de transação	1.423
Saldos em 31 de dezembro de 2022	241.174
Incorporação de parcela e juros vencidos	(9.598)
Custo de Captação	(2.551)
Pagamento de principal	
Encargos financeiros pagos	(33.718)
Encargos financeiros provisionados	38.382
Amortização de custo de transação	(2.067)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	231.622

8. PARTES RELACIONADAS

8.1 Demonstração de resultados

O grupo despesas administrativas refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros). Os valores positivos refletem o repasse de custos da Companhia para as partes relacionadas. Eventualmente são realizadas operações de compra e venda de energia entre partes relacionadas.

	2023	2022
	Administrativas, pessoal e gerais	Administrativas, pessoal e gerais
Omega Geração	(8)	(4)
Total	(8)	(4)

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Política contábil

A remuneração dos acionistas se dá sobre a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

9.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 30.380, representado por 100 ações ordinárias e 56.534 ações preferenciais as quais foram totalmente subscritas

e integralizadas por meio da incorporação das ações ordinárias de emissão da Omega, conforme mencionado na Nota 5, totalizando o montante de 56.634 ações emitidas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido.

As ações do capital da Companhia são detidas integralmente pelo acionista PSI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

De acordo com a Lei nº 6.404/76, os montantes de resgates de ações foram efetuados por meio da conta de reserva de capital.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a reserva de investimento ou outras
- reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apurou prejuízo.

9.2 Movimentações em 2023

Em 1 de fevereiro de 2023 foram emitidas 14.900.000 ações, integralizadas e subscritas mediante AFAC, totalizando R\$ 14.900.000,00, sendo R\$ 1.490.000,00 integralizados ao capital social e 13.410.000 ações destinadas 1ª reserva de capital.

9.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

A conta de ajuste de avaliação patrimonial no valor de (102.635) explica-se pelo ágio na aquisição das ações MEGA3

10 DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2023	2022
Despesas de pessoal, geral e administrativa	(7)	(80)
Prestação de serviços	(1)	(22)
	(8)	(102)

11 RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	64	207
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(2)	(12)
	62	195
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos	(38.382)	(42.936)
IOF	(259)	(145)
Custo de transação	-	(1.423)
Outras despesas	-	(346)
	(38.641)	(44.850)
Resultado financeiro líquido	(38.579)	(44.655)

12 CUSTOS DE MANUTENÇÃO DA DÍVIDA

Refere-se a valores pagos como comissão sobre fiança, serviços de cartório e amortização de custo de captação no Exercício 2023

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente no seu reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado compreende no seu reconhecimento inicial o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Hierarquia do valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para esses ativos.

13.1 Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações contábeis financeiras:

	2023	2022	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	1.690	100	A
Investimentos em instrumentos patrimoniais	112.734	110.198	B
Empréstimos, financiamentos e debêntures	231.622	241.174	A

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e contas a pagar estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação às debêntures, a Companhia são operações com remuneração atreladas ao DI e para a qual não há mercado secundário, portanto, presume-se que o valor contábil esteja próximo ao valor justo.

A – Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

B – Instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são investimentos em ações com cotação pública e observável, mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente. A escolha desse método de mensuração foi realizada pela Companhia de modo irrevogável no reconhecimento inicial.

14 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 01 de fevereiro de 2023, a companhia realizou a integralização do montante em adiantamentos para futuro aumento de capital em R\$ 14.900 com a emissão de 14.900.000 ações preferenciais, com destinação de aumento de capital no valor de R\$ 1.490 e R\$ 13.410 para reservas de capital, aprovados em AGE.

Em 12/06/2024 o Debenturista representando 100% das Debêntures em circulação aprovou a alteração do cronograma dos juros remuneratórios para 27 de julho de 2024 e os próximos pagamentos em parcelas trimestrais consecutivas, respectivamente, 26 de outubro de 2024 e o último na Data de Vencimento das Debêntures, ou seja, 26 de novembro de 2024